



Recebido em 05/11/2019. Aprovado em 21/11/2019. Publicado em 16/12/2019.

Editor: Dr. Ivano Ribeiro

Processo de Avaliação: *Double Blind Review* - SEER/OJS

e-ISSN: 2359-5876

DOI: [10.5935/2359-5876.20190004](https://doi.org/10.5935/2359-5876.20190004)



SUSTENTABILIDADE, GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA EM EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

SUSTAINABILITY, CORPORATE GOVERNANCE AND TRANSPARENCY IN PUBLICLY LISTED COMPANIES

Aline Luiza Brusco Pletsch 1

Ariberto Dalchiavon 2

Sady Mazzioni 3

Gabriela Bertoletti Johann 4

Givanildo Silva 5

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar as características de sustentabilidade, de governança corporativa e de transparência, presentes nos relatórios divulgados pelas empresas listadas na B3. A divulgação de informações socioambientais é um elemento estratégico na melhoria da imagem institucional e no condão de alcançar a sustentabilidade, as empresas utilizam mecanismos de governança corporativa, assumindo o compromisso de prestar contas de seu desempenho nas áreas econômica, ambiental e social. A amostra investigada foi composta por 136 empresas constantes da seção de sustentabilidade da bolsa de valores B3, por meio do relatório relate ou explique, com informações referentes ao ano de 2016. Os resultados revelaram que existe uma propensão pela divulgação de dados socioambientais e de governança corporativa. Os itens mais presentes nos relatórios foram: gestão das práticas ambientais (132), existência de um código de ética ou de conduta (125), compromisso com o desenvolvimento da comunidade (120), existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório (118) e existência de práticas anticorrupção (100).

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; Sustentabilidade; Governança Corporativa; Transparência.

ABSTRACT

The objective of the study is to analyze the characteristics of sustainability, corporate governance and transparency, present in the reports disclosed by the companies listed in B3. The dissemination of social and environmental information is a strategic element in improving the institutional image and in order to achieve sustainability, companies use corporate governance mechanisms, assuming the commitment to account for their performance in the economic, environmental and social areas. The sample was composed of 136 companies listed in the sustainability section of the B3 stock exchange, through the

1 Mestrado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO. E-mail: aline.brusco@live.com

2 Mestrado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO. E-mail: ariberto@unochapeco.edu.br

3 Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Professor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO. E-mail: sady@unochapeco.edu.br  <https://orcid.org/0000-0002-8976-6699>

4 Mestrado em andamento em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO. E-mail: gabriela.johann@unochapeco.edu.br

5 Doutorado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB. Professor do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis e Administração da UNOCHAPECO, E-mail: givanildo.silva@unochapeco.edu.br



report describe or explain, with information for the year 2016. The results revealed that there is a propensity for the disclosure of socio-environmental data and corporate governance. The most relevant items in the reports were: management of environmental practices (132), existence of a code of ethics or conduct (125), commitment to community development (120), existence of a separate section on corporate governance in the report (118) and existence of anticorruption practices (100).

Keywords: Environmental Accounting; Sustainability; Corporate Governance; Transparency.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas e dos ambientes econômicos, apresentam uma crescente necessidade de compromisso ambiental em todos os mercados e suas dinâmicas, de modo a influenciar positivamente a competitividade empresarial. Contemporaneamente, buscam-se formas de interação do homem com o meio ambiente de forma sustentável, mitigando impactos relevantes sobre a continuidade dos ecossistemas.

Há evidências de uma percepção crescente e generalizada na sociedade acerca da necessidade de preservação dos recursos naturais pois os problemas de cunho ambiental causam perdas globais irreparáveis, o que acaba motivando o desenvolvimento de leis que estabelecem punições, que impõem normas e que determinam controles, incentivando a proteção ambiental e a busca de produtos que reduzam o impacto ambiental (Almeida, Cavalcanti & Mello, 2002).

No ambiente corporativo, a adoção de melhores práticas na gestão dos aspectos ambientais pode contribuir para a longevidade da própria instituição no mercado nacional e internacional, na obtenção de vantagem competitiva perante seus concorrentes e melhoria de sua imagem (Benites & Polo, 2013). Esta concepção fica mais latente sob o argumento de que o escrutínio de órgãos governamentais e de ativistas torna a responsabilidade social corporativa uma prioridade (Porter & Kramer, 2006).

Nas últimas décadas, houve um rápido aumento nas pressões pela prestação de contas no contexto da governança corporativa. As crises financeiras, os escândalos contábeis e a suspeita sobre as implicações sociais e ambientais dos negócios levaram à crescente demanda de transparência sobre o comportamento corporativo (Kolk, 2008). Este contexto produziu uma forte atenção aos relatórios de sustentabilidade e de auditoria (Owen, Swift, Humphrey & Bowerman, 2000).

Em decorrência da importância atribuída ao tema sustentabilidade e a efetiva contribuição dos mecanismos de governança corporativa no processo de transparência organizacional, o estudo investiga a condição das empresas com operações no mercado por meio da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Esta relação pode ser observada em estudos anteriores, discutindo a integração entre sustentabilidade, governança corporativa e a importância do relatório de sustentabilidade (Kocmanová, Hřebíček & Dočekalová, 2011).

Neste contexto, tem-se a pergunta que orienta a pesquisa: quais são as características de sustentabilidade, governança corporativa e transparência, presentes nos relatórios divulgados pelas empresas listadas na B3? Considerando as finalidades dos relatórios de sustentabilidade, o objetivo do estudo é analisar as características de sustentabilidade, governança corporativa e transparência, presentes nos relatórios divulgados pelas empresas listadas na B3.

O estudo justifica-se pela relevância da análise dos dados socioambientais para a administração das empresas e para potenciais investidores. Os relatórios de sustentabilidade utilizam metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar impactos ambientais causados pelas operações da empresa, integrando os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho. A partir dessas informações, os investidores podem monitorar as ações de mitigação de riscos ambientais, avaliar a probabilidade de a empresa envolver-se em algum escândalo de cunho ético ou socioambiental e assim melhor direcionar seus investimentos. A análise dos relatórios também se torna relevante no processo de comunicação entre a empresa e os públicos estratégicos, objetivando construir imagem positiva da empresa pelo comportamento organizacional e pelas ações desempenhadas (Teoria dos *Stakeholders*) e atribuir legitimidade social a partir da divulgação das ações desenvolvidas junto às

comunidades (Teoria da Legitimidade).

Este estudo permite a ampliação da literatura nacional acerca da ligação entre governança corporativa, sustentabilidade e transparência, utilizando os relatórios emitidos anualmente pelas empresas de capital aberto como veículo de comunicação com seu público interessado. Pois, ao desenvolver práticas de sustentabilidade, governança corporativa e transparência, pode ser criado um vínculo de corresponsabilidade com fornecedores, clientes e investidores. Comunicar as práticas de sustentabilidade, governança e transparência que as empresas adotam é tão importante quanto sua implementação, pois potencializa os vínculos da empresa com as partes interessadas nos objetivos da empresa.

2 SUSTENTABILIDADE, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

2.1 Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade foi inicialmente utilizado nas disciplinas de Economia Ambiental e Ética Empresarial, caracterizando-se como um termo interdisciplinar usado em várias áreas do conhecimento. Os componentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável são o crescimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a igualdade social. Esses fundamentos, juntamente com a mudança do paradigma das empresas, que tinham foco apenas no lucro, deram origem ao conceito *triple bottom line* (Barbosa, 2007).

O princípio do *triple bottom line*, concebido por Elkington (2001), estabelece que o sucesso e a saúde de empresa devem ser avaliados além de medidas financeiras tradicionais utilizadas, que sejam também qualificadas por sua ética, responsabilidade social e seu desempenho ambiental (Norman & Macdonald, 2004). A sustentabilidade corporativa se destaca por proporcionar uma vantagem competitiva, pois a adesão das empresas ao tripé da sustentabilidade, por meio de novos negócios com tecnologias limpas e sustentáveis, visa o equilíbrio entres os capitais natural e humano (B3, 2017).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), desenvolvido em 2005 para empresas listadas na bolsa de valores do Brasil, tem por objetivo criar um ambiente compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade socioambiental das empresas. Para avaliar o desempenho das empresas listadas na B3 em relação aos aspectos de sustentabilidade, parte-se do conceito do *triple botom line*, que envolve a avaliação de elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada (B3, 2017).

O Pacto Global, lançado em julho de 2000 em Nova Iorque, visa promover os valores universais de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. As empresas são protagonistas fundamentais no desenvolvimento das nações e devem agir com responsabilidade na sociedade em que estão inseridas (Organização das Nações Unidas, 2017). Os princípios desse pacto abarcam a proteção, a melhoria do meio ambiente e o crescimento econômico, pela adoção de uma abordagem preventiva, tomando medidas para promover a responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento e disseminação de tecnologias limpas (Núñez, 2006).

Corrêa, Souza, Ribeiro e Ruiz (2013) analisaram o desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade pela ótica de sua aplicação das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em comparação com as demais empresas do Brasil e do mundo. Os resultados demonstraram a evolução na adoção do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) no mundo e a adesão crescente das empresas ao relatório de nível G3 C para o nível G3 A.

No Brasil, a adoção dos relatórios de sustentabilidade vem progredindo na implantação e na evolução dos relatórios. Houve aumento no número de empresas que validam seus

relatórios por terceiros no país, possivelmente atrelado ao fato da emergência do tema no âmbito das corporações. As empresas vêm buscando atestar seus relatórios de sustentabilidade pelo maior nível (C+, B+, A+), apresentando credibilidade das informações socioambientais às partes interessadas (Corrêa et al., 2013).

2.2 Governança Corporativa

Governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações podem ser dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso aos recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. Os princípios da governança corporativa se baseiam em transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015).

Os temas governança corporativa, responsabilidade social empresarial e sustentabilidade estão intrinsecamente relacionados, pois, as organizações enfrentam um número crescente de riscos não financeiros. A introdução do conceito de sustentabilidade reflete em mudanças na cultura da organização, ao modificar políticas e processos. Com o sucesso da introdução de responsabilidade social, econômica e ambiental, a empresa altera sua forma de atuar, de tomar decisões e a sua relação com o mercado e a sociedade em que atua (Elkington & Zolliker, 2004).

Kolk (2008) examinou em que medida e de que maneira os relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na *Fortune Global 250* se relacionam aos aspectos de governança corporativa. Verificou que muitas multinacionais, particularmente na Europa e no Japão, começaram a prestar atenção à supervisão e estruturação de responsabilidades de sustentabilidade, conformidade, ética e verificação externa. Enquanto divulgações detalhadas ainda não são comuns, algumas práticas mais consistentes podem ser encontradas nos relatórios de sustentabilidade.

Milani, Righi, Ceretta & Dias (2012) apuraram o reflexo dos investimentos em empresas com melhores práticas de responsabilidade social empresarial, governança corporativa e sustentabilidade. Analisaram particularidades no que se refere ao desempenho em relação aos investimentos nas empresas que representam o mercado. Os resultados mostraram que os investimentos em empresas com melhores práticas eram uma alternativa com menor risco e maior rentabilidade aos investidores.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade resultam de um processo que visa identificar, mensurar e prestar contas sobre as ações das organizações com vistas à sustentabilidade (Veríssimo, 2010), podendo conter informações quantitativas e qualitativas, na medida em que a companhia melhora sua eficácia e eficiência econômica, ambiental e social no período reportado, integrando esses aspectos em um sistema de gestão de sustentabilidade (Daub, 2007).

Estes relatórios podem ser produzidos de forma separada, seguindo o formato dos antigos relatórios ambientais, ou podem ser integrados aos relatórios financeiros, devido à importância dos impactos das questões ambientais e sociais na estabilidade financeira da

empresa. Pode-se elaborar vários relatórios específicos, cada um deles relacionado com um dos aspectos da sustentabilidade, com a vantagem de responder mais especificamente aos diferentes grupos de partes interessadas (Schaltegger, Bennet & Burritt, 2006).

Habek e Wolniak (2015) argumentam que os relatórios de sustentabilidade são cada vez mais reconhecidos como importantes canais para a empresa comunicar seus esforços em prol da sustentabilidade e conseguir o engajamento dos stakeholders, entretanto variam de acordo com o que cada país prioriza e com o fato de serem obrigatórios ou voluntários.

Ao divulgar informações de sustentabilidade, as organizações visam aumentar a transparência, aumentar o valor da marca, a reputação e a competitividade, motivar os funcionários e apoiar os processos corporativos de informação e controle (Herzig & Schaltegger, 2011). Contudo, o teor dos relatórios irá depender do quanto a sociedade na qual a empresa está inserida valoriza a sustentabilidade e do quanto a empresa precisa firmar sua legitimidade perante os *stakeholders* (Kolk & Perego, 2010).

Costa et al. (2013) examinaram o conteúdo da divulgação de informações acerca das dimensões da sustentabilidade empresarial em relatórios socioambientais em empresas brasileiras que obtiveram premiação referente às suas práticas de responsabilidade socioambiental. A análise dos conteúdos dos relatórios de sustentabilidade das empresas (2007, 2008 e 2009) estabeleceu as sentenças como unidades de análise e contemplou dois campos de observação: as dimensões da sustentabilidade empresarial e os tipos de divulgação adotados. Os resultados apontaram que a dimensão social externa foi a que apresentou maior evidenciação nos três períodos analisados, seguida pela dimensão ambiental em 2007 e 2008. A dimensão econômica apresentou menor expressividade nos dois primeiros anos, mostrando que o relatório de sustentabilidade foi utilizado para evidenciar as práticas de responsabilidade socioambiental.

Em razão da demanda surgida na sociedade para as empresas divulgarem informações sobre a sustentabilidade, a governança corporativa ganhou escopo na ampliação da transparência organizacional, induzindo à incorporação de aspectos econômicos, sociais e ambientais nos relatórios do meio empresarial (Tinoco & Robles, 2006). Os relatórios de sustentabilidade e a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pela B3 são exemplos da ligação entre governança corporativa e sustentabilidade (Nunes, Teixeira, Nossa & Galdi, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se pesquisa descritiva, com análise documental e abordagem quantitativa dos dados. A amostra é considerada intencional e não probabilística, compreendendo 136 companhias de capital aberto listadas na B3 com relatórios disponíveis para análises.

A base de dados foi extraída do site da B3, na data de 02/08/2017, na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique, referente aos dados divulgados do exercício de 2016. A população da pesquisa considerou as 172 empresas constantes na listagem “relate ou explique” da B3 no momento da coleta, sendo excluídas 36 empresas devido às inconsistências ou indisponibilidade de elementos necessários para efetuar a análise dos relatórios de sustentabilidade, permanecendo na amostra investigada 136 empresas (79,1%).

Para a coleta de dados foi utilizada uma lista de verificações com base no estudo de Kolk (2008), itens I a VIII. Adicionalmente, para contemplar as características nacionais, foram analisados indicadores sugeridos pelo Instituto Ethos (2017), IX a XII, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de governança e socioambientais

- I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização
- II. Existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade separada
- III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade
- IV. Existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório
- V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade
- VI. Existência de um código de ética ou de conduta
- VII. Existência de mecanismos de reclamação ligados à sustentabilidade
- VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade
- IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade
- X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade
- XI. Gestão das práticas ambientais
- XII. Existência de práticas anticorrupção

Fonte: Kolk (2008); Instituto Ethos (2017).

Os dados foram reunidos e agrupados para tabulação com a utilização de planilha eletrônica *Microsoft Excel*, para exploração e apresentação, posteriormente realizaram-se descrições estatísticas com o *Software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. O foco do estudo centralizou-se na divulgação dos relatórios socioambientais nos moldes do *Global Reporting Initiative (GRI)*, do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, do *Accountability Assurance Standard (AA1000)* e do Pacto Global.

Para analisar os dados coletados na pesquisa, aplicaram-se as técnicas de estatística descritiva e o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Utilizou-se o teste não paramétrico em decorrência dos dados não apresentarem distribuição normal, mensurados por meio do teste Kolmogorov-Smirnov (KS).

O teste de Mann-Whitney é aplicado para testar se duas amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). O teste foi empregado para verificar a existência de diferenças na evidenciação individual de doze indicadores de governança corporativa e socioambientais, segregando as empresas pelo nível de governança corporativa (NGC) e pela presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Por meio do teste Mann-Whitney foi verificado se havia diferença no índice geral de evidenciação por empresas, utilizando como parâmetros de segregação a presença no NGC, a presença no ISE e a mediana do valor do ativo total (tamanho).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os dados dos tipos de relatórios de sustentabilidade e dos níveis de governança das empresas estudadas. Os indicadores socioambientais divulgados pelas organizações estudadas conforme indicadores apresentados por Kolk (2008) e indicadores utilizados pelo Instituto Ethos (2017).

A Tabela 1 apresenta os dados referentes aos tipos de relatórios de sustentabilidade divulgados e o nível de governança corporativa das empresas listadas na B3.

Tabela 1 - Perfil dos relatórios de sustentabilidade e do nível de governança corporativa

Relatórios de Sustentabilidade

Empresas	GRI	IIRC	AA1000	Pacto Global	Outros	Não divulgou
136	110	23	3	3	11	17
%	65,87%	13,77%	1,80%	1,80%	6,59%	10,18%

Nível de Governança Corporativa

Empresas	Tradicional	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	ISE
136	52	17	14	53	29
%	38,23%	12,50%	10,29	38,97%	21,32%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que dois terços das empresas possuem preferência pela divulgação do relatório proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), representando 65,87% das empresas investigadas. Na sequência, o Relato Integrado proposto pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com 13,77% de frequência. A utilização do modelo do Pacto Global e do *Accountability Assurance Standard* (AA1000) representa apenas 1,80% das organizações. Ressalta-se que a função do relatório de sustentabilidade é fornecer uma declaração completa e plausível do desempenho de sustentabilidade da organização com as contribuições positivas e negativas (*Global Reporting Initiative*, 2007).

Em relação ao nível de governança corporativa, a maior frequência é de empresas do Novo Mercado (38,97%). Conforme a B3 (2017), este nível de governança corporativa está destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. A listagem implica na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente.

As empresas listadas no mercado tradicional representam 38,23% da amostra. Em 12,50% das organizações constatou-se aderência ao Nível 1, sendo aquelas que devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. No Nível 2 de governança corporativa, encontram-se as empresas que têm o direito de manter ações preferenciais (B3, 2017) e são representadas por 10,29% das instituições pesquisadas.

As empresas que auditam ou revisam seus relatórios de forma independente representam 45,58% da amostra, as que não divulgaram tal informação somam 20 instituições (14,70%) e 54 organizações (39,70%) não possuem auditoria externa, conforme dados dos relatórios da B3. Argumenta-se que, ao considerar os aspectos sociais e ambientais, torna-se possível analisar as questões mais amplas, em nível social, que afetam o funcionamento de uma organização e as informações que são importantes para divulgar (Deegan, 2002).

Atendendo ao objetivo central do estudo, a Tabela 2 identifica os indicadores de governança corporativa e socioambientais apresentados nos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas investigadas, referente ao ano de 2016.

Tabela 2 - Indicadores de governança e socioambientais evidenciados nos relatórios de sustentabilidade

Indicador	N	Conformidade	Média	Mediana	DP	Mínimo	Máximo	25%	75%	Kolk (2008)
I.	136	83	0,6103	1,0000	0,4895	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,325
II.	136	41	0,3015	0,0000	0,4606	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,288
III.	136	54	0,3971	0,0000	0,4911	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,300
IV.	136	118	0,8676	1,0000	0,3401	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,606
V.	136	46	0,3382	0,0000	0,4749	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,531

Indicador	N	Conformidade	Média	Mediana	DP	Mínimo	Máximo	25%	75%	Kolk (2008)
VI.	136	125	0,9191	1,0000	0,2737	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,669
VII.	136	95	0,6985	1,0000	0,4606	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,281
VIII.	136	48	0,3529	0,0000	0,4797	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000	0,300

Notas: I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização; II. Existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade separada; III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade; IV. Existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório; V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade; VI. Existência de um código de ética ou de conduta; VII. Existência de mecanismos de reclamação ligados à sustentabilidade. VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando modelo KOLK (2008).

Verifica-se na Tabela 2, os indicadores de sustentabilidade e de governança corporativa com a respectiva frequência nos 136 relatórios analisados. A pesquisa mostra que em nenhum dos aspectos verificados obteve-se a presença na totalidade das empresas estudadas, mostrando que em algum momento podem existir falhas no sistema de governança e nos relatórios de sustentabilidade. Contudo, à exceção do item V (Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade), todos os itens investigados apresentaram níveis de evidenciação em empresas brasileiras superiores ao identificado por Kolk (2008) ao identificar as empresas da Fortune Global 250.

Referente à existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização, percebe-se que a maioria das empresas (61,03%) apresenta alguma estrutura voltada para as práticas sustentáveis. Dentre essas estruturas, foram identificadas comissões, comitês e assembléias, voltados para os quesitos de responsabilidade socioambiental. No caso do relatório da Ambev, consta a existência de um Comitê Externo de Especialistas em Segurança Hídrica formado por especialistas em recursos hídricos que focam em ações de diminuição do consumo de água nas cervejarias, dentre outras ações de preservação. Uma estratégia empresarial é buscar melhores resultados sociais por meio de iniciativas de cunho ambiental (B3, 2017).

Quanto à estrutura, foi verificada a existência de um departamento ou unidade para acompanhamento exclusivo das práticas de sustentabilidade. Os dados mostram que 41 empresas da amostra (30,15%) apresentam tal estrutura. Quando analisada a existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade, 54 empresas (39,71%) demonstram em seus relatórios, possuírem esse suporte na sua estrutura interna. O Banco do Nordeste, por exemplo, conta com a “Diretoria de Desenvolvimento Sustentável”, enquanto no relatório de sustentabilidade da Braskem consta a existência de um setor de “Supervisão em desenvolvimento sustentável” que colaborou para a elaboração do relatório. Nos dois exemplos, pode-se perceber a criação de estruturas de governanças para avaliar as práticas de sustentabilidade, como expressão do quanto a empresa considera importante as questões ambientais.

De modo a abordar as questões relacionadas à governança corporativa, foi verificado que em 118 relatórios, equivalente a 86,76% das empresas estudadas, havia uma seção separada em seus relatórios de sustentabilidade tratando de governança corporativa. Quanto à existência de estrutura específica de governança para administrar diretamente a sustentabilidade, encontrou-se tal requisito em 46 relatórios. O resultado corrobora o entendimento de que, no Brasil, há um número cada vez maior de empresas que divulgam publicamente suas ações

sociais e ambientais sob a forma de balanços sociais, de relatórios socioambientais ou de relatórios de sustentabilidade (Azevedo, 2006).

Em alguns relatórios, a exemplo do Banco Amazônia S.A., existem subseções específicas dentro da seção “Governança Corporativa”, na qual se menciona a responsabilidade socioambiental. A inclusão de tais informações é decorrente da valorização das partes interessadas nos objetivos organizacionais em conhecer a forma de atuação das organizações em temas sensíveis, que geram preocupação social e reforçam a imagem corporativa pelo comportamento responsável.

A ética assume relevância quando se trata de assuntos relacionados ao comportamento corporativo. Verificou-se claramente a existência de um código de ética ou de conduta em 125 relatórios analisados, representando 91,91% da amostra. O resultado indica a predisposição das empresas em definir o comportamento esperado de seus colaboradores e a busca de transmitir uma boa imagem para suas partes interessadas.

A Braskem, AES Tietê, BRF, Embraer, Lojas Americanas, Natura, Banco do Brasil são exemplos de empresas que possuem códigos de ética que, mesmo sob diferentes nomenclaturas, englobam aspectos bem específicos sobre conduta esperada. Estes códigos tratam do relacionamento entre os colaboradores no ambiente de trabalho, relacionamento entre clientes e fornecedores e combate às práticas de corrupção. Estes resultados se coadunam com aqueles observados por Kolk (2008), referente às empresas europeias e japonesas. Contudo, há que se ressaltar que a existência de um código de ética não garante uma boa conduta das empresas, sendo necessário que os princípios e normas lá declarados permeiem toda a organização.

A opinião dos clientes, consumidores e usuários de serviços exerce influência sobre a imagem corporativa e espera-se que as empresas adotem procedimentos para a comunicação facilitada com seus usuários. Analisou-se a existência de um canal de fácil acesso para reclamações quanto às questões socioambientais, sendo encontrado a indicação em 95 relatórios analisados, representando 69,85% das instituições pesquisadas. Nesse ponto, pode-se citar como exemplo, os canais para denúncias ou reclamações sobre conduta ética que estão disponíveis ao público interno e externo no BTG Pactual, por meio de formulário eletrônico, telefone e e-mail. Porém, nesse caso, não fica claro se a comunicação permanece anônima ou não.

A verificação externa do relatório de sustentabilidade e da metodologia utilizada para a elaboração transmite credibilidade das informações apresentadas, verificando-se que 48 empresas estudadas submetem seus relatórios às auditorias ou avaliações externas. Diferentemente das auditorias financeiras, mandatórias em muitos casos, principalmente empresas de capital aberto, as auditorias em relatórios de sustentabilidade são vistas dentro de um mercado em expansão que acompanha uma tendência rumo ao aumento da transparência das corporações (Kolk, 2008).

Entre as empresas que submetem seus relatórios de sustentabilidade para as auditorias externas está a empresa AES Sul, que possui um “Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes”, fornecido pela KPMG, assegurando que as informações de sustentabilidade estão de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*. O mesmo ocorre com Bradesco, Banco do Brasil, Natura e Santander. A verificação externa pode ser um fator de melhoria na qualidade dos relatórios de sustentabilidade, conforme verificado por Habek e Wolniak (2016), que ao estudar empresas de países membros da União Europeia sobre a qualidade dos relatórios de sustentabilidade, observaram que quando a emissão do relatório era obrigatória, a qualidade era superior, considerando as diretrizes do GRI.

Para verificar a existência de diferenças na evidenciação de indicadores de governança

corporativa e socioambientais, sugeridos por Kolk (2008) e descritos no Quadro 1, utilizou-se o teste de Mann-Whitney, cujos resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Teste Mann-Whitney utilizando a variável ISE como agrupamento

ISE		Classificações															
		I		II		III		IV		V		VI		VII		VIII	
		2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1
N		107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29	107	29
Classificaçã		65,8	78,6	67,1	73,8	65,6	79,0	68,6	68,1	67,1	73,6	68,9	67,0	68,7	67,9	66,7	75,0
Soma das		703	227	717	214	702	229	734	197	718	213	737	194	734	196	714	217

Estatística do teste		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Mann-Whitney U		1259,00	1398,00	1246,50	1540,50	1402,50	1507,00	1534,00	1363,50
Wilcoxon W		7037,00	7176,00	7024,50	1975,50	7180,50	1942,00	1969,00	7141,50
Z		-1,840	-1,026	-1,912	-,100	-,966	-,501	-,117	-1,207
Significância		0,066	0,305	0,056	0,921	0,334	0,617	0,907	0,228

Nota: I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização; II. Existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade separada; III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade; IV. Existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório; V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade; VI. Existência de um código de ética ou de conduta; VII. Existência de mecanismos de reclamação ligados à sustentabilidade. VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando o modelo de KOLK (2008).

Para efeitos de análise, as empresas foram segregadas em dois grupos: no grupo 1 constam as 29 empresas que participam do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3; no grupo 2, as demais 107 empresas que não possuem tal característica (Tabela 3).

Observa-se que as empresas participantes do ISE apresentaram maior incidência de divulgação para os seguintes itens: I, II, III, V e VIII. O grupo de empresas que não participam do ISE evidenciaram maior presença para os itens: IV, VI e VII.

Os resultados do teste Mann-Whitney (Tabela 3) permitiram aceitar a hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas ISE e não-ISE), indicando que empresas listadas no ISE apresentam indicadores mais elevados para os itens: (I) existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização e (III) existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade. Argumenta-se, então, que empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 envidam maiores esforços na busca de um ambiente de investimento alinhado com os requisitos de desenvolvimento sustentável contemporâneo, pelo estabelecimento de uma estrutura de sustentabilidade e de uma pessoa ou órgão responsável.

A existência de diferenças na evidenciação de indicadores de governança corporativa e socioambientais sugeridos por Kolk (2008) e descritos no Quadro 1, utilizando-se o teste de Mann-Whitney, também foi verificada a partir dos níveis governança corporativa das empresas, cujos resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Teste Mann-Whitney utilizando a variável NGC como agrupamento

Classificações																
NGC					I		V				I		II		III	
	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4
N	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4
Classificação	4,9	0,7	7,6	9,0	6,3	9,8	9,7	7,8	8,2	2,5	8,8	8,3	0,7	7,1	9,8	1,5
Soma das médias	376	940	516	800	450	866	622	694	066	250	576	740	676	640	150	166

Estatística do teste									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	
Mann-Whitney U	1998,00	2138,00	2072,00	2124,00	1680,00	2170,00	2070,00	1596,00	
Wilcoxon W	3376,00	3516,00	3450,00	5694,00	5250,00	5740,00	5640,00	5166,00	
Z	-0,986	-0,259	-0,592	-0,458	-2,754	-0,133	-0,642	-3,181	
Significância Assintótica	0,324	0,796	0,554	0,647	0,006	0,894	0,521	0,001	

Nota: I. Existência de uma estrutura de sustentabilidade na organização; II. Existência de um departamento ou unidade de sustentabilidade separada; III. Existência de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade; IV. Existência de uma seção separada sobre governança corporativa no relatório; V. Governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade; VI. Existência de um código de ética ou de conduta; VII. Existência de mecanismos de reclamação ligados à sustentabilidade. VIII. Verificação externa do relatório de sustentabilidade.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando modelo KOLK (2008).

Pode-se observar que as empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa apresentaram maior incidência de divulgação para os seguintes itens I, II e III. O grupo de empresas do mercado tradicional apresentaram maior incidência de divulgação para os itens IV, V, VI, VII e VIII. Os resultados do teste Mann-Whitney (Tabela 4 – Estatística do teste), permitiram aceitar a hipótese alternativa (de que as médias são diferentes nas empresas com NGC e do mercado tradicional), indicando que empresas listadas no mercado tradicional apresentam indicadores mais elevados para os itens (V) governança corporativa especialmente ligada às questões de sustentabilidade e (VIII) verificação externa do relatório de sustentabilidade.

Assim, os resultados indicam que as empresas não listadas no Nível de Governança Corporativa (NGC) possuem maior preocupação em evidenciar as questões ligadas a sustentabilidade e a verificação externa do relatório de sustentabilidade, buscando legitimidade de suas ações por meio da sustentabilidade, por não dedicarem maior atenção aos aspectos de governança corporativa.

Na tabela 5 são apresentados os resultados evidenciados pelas empresas pesquisadas sobre os indicadores de governança e socioambientais, a partir do modelo ETHOS (2017).

Tabela 5 - Indicadores de governança e socioambientais evidenciados nos relatórios de sustentabilidade

Indicador	N	Conformidade	Média	Mediana	DP	Mínimo	Máximo	25%	75%
IX.	136	87	0,6397	1,0000	0,4819	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000
X.	136	120	0,8824	1,0000	0,3234	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
XI.	136	132	0,9706	1,0000	0,1696	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
XII.	136	100	0,7353	1,0000	0,4428	0,0000	1,0000	0,0000	1,0000

Nota: IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade; X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade; XI. Gestão das práticas ambientais; XII. Existência de práticas anticorrupção.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando modelo ETHOS (2017).

Observa-se na Tabela 5 que nenhum aspecto analisado está presente na totalidade das empresas investigadas, mostrando a existência de certas fragilidades no sistema de governança corporativa das empresas, em relação à transparência e à sustentabilidade.

A análise quanto ao conteúdo da evidenciação sobre o relacionamento com a comunidade e a verificação da gestão de impactos produzidos pelas empresas nas comunidades foi citada em 87 instituições (63,97%), reconhecendo o impacto. A verificação quanto às práticas e compromissos com o desenvolvimento da comunidade são encontradas nos relatórios de 120 empresas, representando 88,24% das organizações estudadas.

Especificamente, o relatório da Light evidencia que a empresa realiza uma avaliação do seu impacto nas comunidades, porém, sem explicitar sua dimensão. É salientado que a empresa busca ampliar as parcerias com associações de moradores com ações educativas sobre eficiência energética, e que em 2016 investiu R\$ 25,8 milhões nessas ações.

No que tange a gestão das práticas ambientais, verifica-se tal evidenciação nos relatórios apresentados por 132 empresas, o que representa quase a totalidade das empresas estudadas, sendo que apenas duas empresas não efetuam tal evidenciação. Nesse sentido, Souza (2002) adverte que as práticas ambientais das empresas têm assumido um papel integrado às diferentes funções administrativas, de marketing, finanças, produção, qualidade, dentre outros. Levando a empresa a uma crescente preocupação com sua política ambiental.

Nesse sentido, a Braskem relata que investiu R\$ 280 milhões em melhorias para eficiência hídrica e R\$ 100 milhões para melhorar a eficiência operacional e energética. As empresas, em geral, investem mais recursos nas medidas que aumentam a eficiência no uso de recursos pois, além de trazerem resultados ao meio ambiente e diminuir custos de produção, refletem na possibilidade de exploração pelo setor de marketing. Estudos anteriores mostram que a adoção de relatórios de sustentabilidade depende muito do grau de consciência da sociedade em que a empresa está inserida quanto às questões de sustentabilidade (Kolk; Perego, 2010).

O último quesito investigado refere-se às práticas anticorrupção. Nesse aspecto, as empresas apresentam uma predisposição na prática de políticas e estratégias. Constatou-se que 100 empresas apresentaram práticas anticorrupção em seus relatórios de sustentabilidade, o que representa 73,53% das empresas investigadas. Côté-Freeman e Fagan (2010) observam que a ausência de detalhes no relatório de sustentabilidade sobre as práticas de combate à corrupção e o respectivo sucesso obtido pelas práticas adotadas, enfraquece a credibilidade deste tipo de relato, podendo colocar em perigo o compromisso da empresa relativamente aos esforços para mais atos de responsabilidade social.

No relatório da Engie Brasil Energia S.A., na seção sobre Governança Corporativa, no tópico sobre “Ética e Integridade” a empresa salienta o Conselho de Administração aprovou em 2016 a Política de Combate à Corrupção e Suborno, que se trata de um “documento compartilhado com empregados, fornecedores e outros grupos de interesse”, em que a empresa define diretrizes em que repudia práticas corruptivas em qualquer nível. A postura da empresa está em linha com o entendimento de Kolk (2008), de que as empresas devem ir além dos relatórios e adotar medidas para que todos conheçam e cumpram as normas e diretrizes relatadas.

Branco (2011) analisou relatórios de sustentabilidade das empresas com ações admitidas à cotação na Euronext – Lisboa, concluindo que a informação oferecida sobre o tema “combate à corrupção” por parte das empresas portuguesas era claramente insuficiente. Embora o combate à corrupção é parte importante da responsabilidade social de qualquer empresa, parecia continuar a ser uma temática negligenciada entre as prioridades da responsabilidade socioambiental.

Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) analisaram o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo *Global Reporting Initiative* – Natura, Petrobras, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú. Os resultados mostraram que essas empresas não atenderam prontamente ao nível de evidenciação proposto pelas diretrizes do GRI. De forma adicional, constataram que, quantitativamente, os níveis de evidenciação eram estatisticamente diferentes entre as empresas da amostra.

Por sua vez, Azevedo (2006) identificou os indicadores que as empresas disponibilizaram no Relatório de Sustentabilidade Empresarial do CEBDS, observando a frequência de uso, a disponibilidade de dados quantitativos e qualitativos e os tipos de informações mais divulgadas. Os resultados indicaram que a dimensão social concentrou boa parte do número de indicadores e na dimensão ambiental os indicadores eram, muitas vezes, específicos às atividades da empresa, cuja relação era diretamente influenciada pela atividade produtiva que desenvolvia.

A dimensão econômica, mesmo sendo a mais tradicional e fazendo parte do tripé de sustentabilidade, apresentou baixo número de indicadores. Possivelmente as empresas concentram suas informações econômicas nos relatórios anuais e nas demonstrações contábeis tradicionais. Relatórios que destoam deste contexto são os do Banco Santander, Petrobras, Ambev, BRF, Profarma, ISA CTEEP e Cielo, nos quais a evidenciação do desempenho econômico é apresentada nas primeiras páginas. Os indicadores mais comuns nos relatórios de sustentabilidade são: Ebitda, volume de vendas, receita líquida e lucro líquido. Disso, depreende-se que as empresas estão mais preocupadas em mostrar aos investidores que se preocupam com a sustentabilidade e obtém os lucros previstos.

Por outro lado, a Bunge, a Ecorodovias e a EDP apresentam apenas os indicadores requisitados pelo GRI, com alguns indicadores econômicos sem, entretanto, evidenciá-los com uma seção de fácil localização. A Vale e a Duratex, apesar de mencionarem que as medidas de uso eficiente de recursos impactam positivamente em seu desempenho econômico-financeiro, não apresentam esses indicadores no relatório de sustentabilidade. A apresentação de informações isoladas e sem detalhamento podem comprometer a clareza do relatório.

Para verificar se havia diferenças na evidenciação de indicadores de governança corporativa e socioambientais, sugeridos pelo Instituto Ethos (2017), utilizou-se o teste de Mann-Whitney, cujos resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Teste Mann-Whitney utilizando a variável ISE como agrupamento

Classificações								
ISE	IX		X		XI		XII	
	2	1	2	1	2	1	2	1
N	107	29	107	29	107	29	107	29
Classificação média	70,1	62,5	68,2	69,5	68,6	68,2	64,9	81,8
Soma das médias	7503	1813	7302	2015	7340	1977	6944	2373
Estatística do teste								
	IX		X		XI		XII	
Mann-Whitney U	1378,00		1523,50		1541,50		1165,50	
Wilcoxon W	1813,00		7301,50		1976,50		6943,50	
Z	-1,109		-0,267		-0,182		-2,684	
Significância Assintótica	0,268		0,790		0,856		0,007	

Nota: IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade; X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade; XI. Gestão das práticas ambientais; XII. Existência de práticas anticorrupção.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando o modelo do Instituto Ethos (2017).

Nesta análise, no grupo 1 estão 29 empresas que participam do ISE da B3 e no grupo 2 as demais 107 empresas. Pode-se observar que as empresas participantes do ISE apresentaram maior incidência de divulgação para os seguintes itens X e XII. O grupo de empresas que não participam do ISE evidenciaram maior presença para os itens IX e XI.

Os resultados do teste Mann-Whitney (Tabela 6) permitiram aceitar a hipótese alternativa (as médias são diferentes nas empresas ISE e não-ISE), indicando que empresas listadas na carteira teórica ISE apresentam indicadores mais elevados para o item XII.

Entende-se que o ambiente de negócios é influenciado pelo comportamento do cenário político nacional, em que o país atravessa uma discussão sobre a ética e as ações dos representantes no poder. Considerando-se o pressuposto da Teoria da Legitimidade de que as empresas necessitam legitimar seu contrato com a sociedade, pode-se sugerir que a existência de práticas anticorrupção é uma tônica preponderante nas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial, devido a necessidade de evidenciar aos públicos interno e externo, o posicionamento ético e responsável.

O posicionamento das empresas pesquisadas atende ao observado por Kolk e Perego (2010), de que a busca pela realização de relatórios de sustentabilidade está fortemente ligada com o ambiente legal em que a empresa atua, sendo que em países com mecanismos institucionais mais fracos, as empresas tendem a buscar empresas de auditoria para a elaboração de relatórios.

A existência de diferenças na evidenciação de indicadores de governança corporativa e socioambientais sugeridos pelo Instituto Ethos (2017) e descritos no Quadro 2, utilizando-se o teste de Mann-Whitney, também foi verificada a partir dos níveis governança corporativa das empresas, cujos resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Teste Mann-Whitney utilizando a variável NGC como agrupamento

Classificações								
NGC	IX		X		XI		XII	
	2	1	2	1	2	1	2	1
N	52	84	52	84	52	84	52	84
Classificação média	77,3	63,0	72,6	66,0	67,9	68,9	69,5	67,9
Soma das médias	4020	5296	3774	5542	3530	5786	3614	5702
Estatística do teste								
	IX		X		XI		XII	
Mann-Whitney U	1726,00		1972,00		2152,00		2132,00	
Wilcoxon W	5296,00		5542,00		3530,00		5702,00	
Z	-2,466		-1,701		-0,490		-0,305	
Significância Assintótica	0,014		0,089		0,624		0,761	

Nota: IX. Gestão dos impactos da empresa na comunidade; X. Compromisso com o desenvolvimento da comunidade; XI. Gestão das práticas ambientais; XII. Existência de práticas anticorrupção.

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa utilizando modelo ETHOS (2017).

Nesta análise, o grupo 1 é constituído de 84 empresas listadas em níveis diferenciados de governança corporativa na B3 e no grupo 2 estão 52 empresas listadas no mercado tradicional. Pode-se observar que as empresas com níveis diferenciados de governança apresentaram maior incidência de divulgação para o item XI. O grupo de empresas do mercado tradicional apresentaram maior incidência de divulgação para os itens IX, X e XII.

Pelos resultados do teste Mann-Whitney (Tabela 7), constatou-se duas evidenciações abrangidas no estudo com médias estatisticamente diferentes entre os grupos de empresas. Os resultados permitiram aceitar a hipótese alternativa (as médias são diferentes nas empresas com NGC e do mercado tradicional), indicando que empresas listadas no mercado tradicional apresentam indicadores mais elevados para os itens IX e X.

Os resultados indicam que as empresas do mercado tradicional preferem elaborar e evidenciar suas ações de responsabilidade socioambiental com maior ênfase no seu entorno mais próximo, na comunidade em que exercem suas atividades cotidianas, de forma mais acentuada do que as empresas listadas em níveis diferenciados de governança, que almejam maior legitimação no mercado acionário, mais distante fisicamente de sua comunidade local.

Os resultados obtidos indicaram que a presença das empresas na carteira teórica do ISE, conforme esperado, serviu de incentivo para evidenciação mais elevada, estatisticamente significativa, para alguns itens investigados. Contudo, de modo não esperado, empresas do mercado tradicional apresentaram resultados estaticamente superiores para alguns itens investigados, no comparativo com as empresas listadas em níveis diferenciados de governança.

Após a análise individual de doze itens relacionados às práticas de sustentabilidade, governança corporativa e de transparência em empresas nacionais listadas na B3, procedeu-se a avaliação global por empresa, considerando o nível de evidenciação. Além da presença ou não no ISE e no NGC da B3, utilizou-se também o tamanho (ativo total) como parâmetro de segregação das empresas. Empresas com valor de ativo total abaixo da mediana constituíram o grupo 1 e as empresas com valor de ativo total acima da mediana integraram o grupo 2.

Tabela 8 - Teste Mann-Whitney para analisar o comportamento das empresas

Classificações				Estatística do teste				
Grupo		N	Classificação	Soma das	Mann-	Wilcoxon	Z	Significância
ISE	2	107	65,89	7050,00	1272,00	7050,00	-1,498	0,134
	1	29	78,14	2266,00				
NGC	2	52	75,38	3920,00	1826,00	5396,00	-1,617	0,106
	1	84	64,24	5396,00				
TAM	1	68	64,64	4395,50	2049,50	4395,50	-1,152	0,249
	2	68	72,36	4920,50				

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 8 (classificações) indicam que as empresas pertencentes à carteira teórica ISE, aquelas com níveis diferenciados de governança corporativa e com ativos totais maiores, apresentaram maiores níveis de evidência de práticas de governança corporativa, de sustentabilidade e transparência. A evidência de aspectos de sustentabilidade nas empresas depende muito da consciência do país em relação a estas práticas (Kolk & Perego, 2010).

Contudo, o teste Mann-Whitney (Tabela 8), constatou não haver médias estatisticamente diferentes entre os grupos de empresas. Os resultados permitiram aceitar a hipótese nula, de que as médias não são diferentes entre os grupos de empresas investigados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar de que maneira ocorre a divulgação de informações de governança corporativa, de transparência e de sustentabilidade nos relatórios de responsabilidade socioambiental em empresas listadas na B3. Dentre os fatores, discute-se a importância e a relevância atribuída a determinados indicadores que examinam se as empresas estão atentas à sustentabilidade, considerando os procedimentos éticos e reclamações, até o envolvimento de auditoria na avaliação da confiabilidade das informações pertinentes à sustentabilidade nos relatórios publicados.

Os resultados demonstraram a adequabilidade e relevância da publicação de relatórios socioambientais para as empresas pesquisadas, a contribuição para o avanço da transparência e da publicidade das ações. Também foram demonstrados os resultados gerados pelas empresas, justificáveis à luz dos conceitos de responsabilidade social corporativa e da nova cidadania, considerados pela Teoria dos Stakeholders e da Teoria da Legitimidade. Assim, observa-se que a maioria das empresas estudadas se utilizam do relatório *Global Reporting Initiative* (GRI) para divulgação de suas práticas de responsabilidade socioambiental.

Do mesmo modo, as empresas que se encontram listadas na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique da B3, encontram-se em grande parte no nível de governança corporativa de Novo Mercado, fazendo com que o Nível 1 e Nível 2 de governança possuam número menor de empresas listadas no estudo. As empresas pesquisadas demonstraram uma propensão para divulgação de todos os indicadores investigados, podendo variar em relevância, dependendo da natureza do mercado em que a empresa está inserida.

Como contribuição da investigação, tem-se que a existência de um código de ética ou de conduta foi o aspecto mais relatado pelas empresas, apontando ser o dilema ético um dos mais importantes no contexto da gestão organizacional. O resultado pode ser reflexo da força coercitiva da Lei 12.846/2013 (denominada anticorrupção), a qual imputa a existência de

mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, como fator de influência nas possíveis sanções da responsabilização administrativa.

Outro aspecto destacado é a preocupação em relatar sobre o processo de governança corporativa, fundamental para a sustentabilidade das organizações. A emissão de relatórios de sustentabilidade, com abordagem para questões de governança corporativa e transparência, é uma prática voluntária das empresas, sendo a principal forma de comunicar suas boas práticas aos *stakeholders*. A análise das informações contidas nestes relatórios torna-se relevante ao permitir ao público interessado, principalmente aos investidores, avaliar as ações estratégicas da empresa para minimizar suas externalidades negativas, promover a melhoria da qualidade de vida de funcionários e comunidade do entorno, além de mitigar riscos de acidentes, principalmente ambientais.

Conclui-se que as empresas listadas no ISE destacam indicadores superiores referente a existência de estrutura de sustentabilidade na organização e de pessoa ou órgão responsável pela sustentabilidade. As empresas listadas no mercado tradicional exibem indicadores mais altos no tocante à governança corporativa às questões de sustentabilidade e a verificação externa do relatório de sustentabilidade.

As integrantes do ISE também apresentam indicadores maiores em relação a existência de práticas anticorrupção. E, as empresas listadas no mercado tradicional apresentam indicadores superiores de gestão dos impactos da empresa na comunidade e no compromisso com o desenvolvimento da comunidade.

Entretanto, acidentes ambientais recentes evidenciam que a emissão de relatório de sustentabilidade, mesmo assegurado por empresas de auditoria, não garantem a efetividade das práticas da empresa. A constatação é reforçada por Habek e Wolniak (2015), que ao estudar empresas de países europeus, perceberam que a relevância das informações dos relatórios era maior do que a credibilidade, pois a maioria ainda carecia de uma estrutura lógica, com dados gráficos e detalhamento dos métodos que a empresa utiliza para mensurar seus indicadores, por exemplo.

Outra contribuição prática do estudo é a indicação de fragilidades em relação a existência de um departamento ou unidade separada para lidar com as questões de sustentabilidade. Adicionalmente, há pouca tradição na implementação de estruturas de governança corporativa, especialmente ligada às questões de sustentabilidade. No conjunto, a ineficiência nestes dois quesitos pode prejudicar o desempenho em sustentabilidade e transparência das empresas brasileiras.

Quanto às limitações da pesquisa, relata-se que a amostra utilizada ficou circunscrita às empresas listadas na B3, com indicação de publicar o relatório na seção institucional de sustentabilidade. Sendo que, empresas que tenham práticas de gestão ambiental e divulgação de relatórios de sustentabilidade que não estão listadas na seção institucional, sustentabilidade nas empresas, relate ou explique, poderiam apresentar indicadores diferenciados daqueles encontrados no presente estudo.

Como sugestão para estudos futuros sobre este tema, recomenda-se a abordagem de outros segmentos de empresas que disponibilizam relatórios de sustentabilidade, ou determinados segmentos de mercado que possuam maior dano ambiental em função da natureza do seu ramo de atuação. A investigação de outros indicadores ambientais, sociais e de governança, podem possibilitar a confrontação desses com novos resultados.



REFERÊNCIAS

- Aes Tietê. Ética e transparência AES Tietê. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://www.aestiete.com.br/quem-somos/etica-e-transparencia/>
- Almeida, J. R., Cavalcanti, Y., & Mello, C. D. S. (2000). *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Thex.
- de Azevedo, A. L. V. (2006). Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. *Revibec: revista iberoamericana de economia ecológica*, 5, 75-93.
- B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. *Bolsa de Valores do Brasil*. Recuperado em 10 agosto, 2017, de http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm
- Banco da Amazônia. *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 26 dezembro, 2018, de <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/jdownloads/finish/149-relatorio-2016/1684-relatorio-de-sustentabilidade-2016-versao-integral?Itemid=0>.
- Banco do Brasil. (2018). *Código de ética e normas de conduta do Banco do Brasil*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/Codigoetica.pdf>
- Banco do Brasil. *Relatório anual 2016*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2016.pdf>
- Banco do Nordeste. *Relatório anual de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de https://www.bnb.gov.br/documents/50268/54349/Relatorio_Sustentabilidade_2016/47947d7a-4894-3e65-9300-043170a8903b
- Barbosa, P. R. A. (2007). Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa). (2007) Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro*.
- Benites, L. L. L., & Polo, E. F. (2013). A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. *Revista de Administração da UFSM*, 6, 195-210.
- Bradesco. (2017). *Relatório anual Bradesco 2016*. Recuperado em 03 janeiro, 2019, de <http://www.mediagroup.com.br/host/bradesco/rao-2016/pt/index.htm>
- Bradesco. (2018). *Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <http://www.mediagroup.com.br/HOST/Bradesco/RAO/pt/relatorio-dos-auditores-independentes.htm>
- Braskem. *Código de conduta Braskem*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <http://braskem.com.br/Portal/Principal/Arquivos/HTML/Documentos/codigo-de-conduta/AF-CodigoBraskemPortugues-20150430-visualizacao.pdf>
- Braskem. *Relatório anual Braskem 2016*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de http://www.braskem.com.br/portal/braskem/files/BRASKEM_RA2016_pt.pdf
- Branco, M. C. (2010). Informação sobre combate à corrupção nos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas. *Estudos do ISCA*, (2).
- BRF. *Manual de Transparência*. Recuperado em 06 janeiro, 2019, de <https://www.brf->



global.com/wp-content/uploads/2018/03/Manual-de-Transpar%C3%A2ncia-BRF-Portugu%C3%AAs.pdf

Bunge. *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 03 janeiro, 2019, de <http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2016/>

BTG Pactual. *Programa BTG Pactual de Integridade*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://www.btgpactual.com/quem-somos/governanca>

Cielo. (2016). *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de <https://www.cielo.com.br/assets/files/cielo-relatorio-de-sustentabilidade-pt-2016.pdf>

Corrêa, R., Souza, M. T. S. D., Ribeiro, H. C. M., & Ruiz, M. S. (2013). Evolução dos níveis de aplicação de relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/Bovespa. *Sociedade, contabilidade e gestão*, 7(2).

Côté-Freeman, S., & Fagan, C. (2010). Corporate responsibility & anticorruption: the missing link. In *Transparency International working paper# 01*. Transparency International Berlin.

da Costa, M. I., Torres, L. S., Gallon, A. V., & De Luca, M. M. M. (2013). Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 7(2).

Dallas, G. S. (Ed.). (2004). *Governance and risk*. McGraw Hill Professional.

Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75-85.

Deegan, C. (2002). Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311.

De Souza, R. S. (2002). Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. *Revista eletrônica de administração*, 8(6).

Duratex. (2016). *Relatório anual 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de http://www.duratex.com.br/Arquivos/Download/Duratex_RA_16.pdf

Ecorodovias. (2016). *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de <https://ecostorageapp002.blob.core.windows.net/content/Ecorodovias/PDF/2016.pdf>

EDP. *Relatório anual 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de https://brasil.edp.com/sites/default/files/edp_brasil/ra_edp_2016.pdf

Elkington, J. (2001). *Sustentabilidade Canibais Com Garfo e Faca: Triple botton line*.

Elkington, J., & Zollinger, P. (Ed.). (2004). *Governance and risk: An analytical handbook for investors, managers, directors, and stakeholders*. Social and environmental reporting (p. 200-214). Nova Iorque: McGraw-Hill.

Engie Brasil Energia. (2019). *Relatório de sustentabilidade 2018*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de https://www.engie.com.br/uploads/2019/05/ENGIE_RS18_Caderno_principal.pdf

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.

Global Reporting Initiative. *Diretrizes Para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. 2007. Recuperado em 10 agosto, 2017, de <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Hąbek, P., & Wolniak, R. (2016). Assessing the quality of corporate social responsibility reports: the case of reporting practices in selected European Union member states. *Quality &*





Quantity, 50(1), 399-420.

Herzig, C., & Schaltegger, S. (Ed.). (2011) *Sustainability communication*. Corporate sustainability reporting. (p. 151-169). Netherlands: Springer.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015) *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. Recuperado em 10 setembro, 2017, de <https://www.ibgc.org.br/NotFound?aspxerrorpath=/CodigoMelhoresPraticas.aspx>

Instituto Ethos. *Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis*. 2017. Recuperado em 10 agosto, 2017, de <https://www.ethos.org.br/>

ISA CTEEP. *Relatório anual e de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de <http://www.isactEEP.com.br/arquivos/download/Cteep-relatorio-2016.pdf>

Kocmanová, A., Hřebíček, J. & Docekalová, M. (2011). Corporate governance and sustainability. *Economics and Management*, 16, 543-550.

Kolk, A. (2008). Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. *Business strategy and the environment*, 17(1), 1-15.

Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. *Business strategy and the environment*, 19(3), 182-198.

Lucht. (2016) *Relatório Anual de Sustentabilidade 2016*. Recuperado em 05 janeiro, 2019, de http://www.companhiaverde.com.br/relatoriosustentabilidade_2016/assets/lasa_sustentabilidade_2016.pdf

Leite Filho, G. A., Prates, L. A., & Guimarães, T. N. (2009). Análise os níveis de evidenciAção dos RelAtóRios de sustentAbilidAde dAs emPResAs bRASileiRAs A+ do GlobAl RePoRtinG iniciAtive (GRI) no Ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(7), 43-59.

Lojas Americanas. *Código de ética e conduta Lojas Americanas*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://ri.lasa.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-etica-e-conduta>

Milani, B., Righi, M. B., Ceretta, P. S., & da Veiga Dias, V. (2012). Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e o retorno dos investimentos?. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 5, 667-682.

Natura. (2016). *Código de conduta*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de <https://docplayer.com.br/5948107-Seja-bem-vindo-ao-codigo-de-conduta-natura.html>

Natura. (2016) *Relatório anual 2016*. Recuperado em 03 janeiro, 2019, de https://natu.infoinvest.com.br/ptb/6005/Relatrio%20Anual%20-%20ra_natura_2016_1.pdf

Natura. (2015). Relatório de asseguaração limitada dos auditores independentes. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de http://www.dlv.natura.com.br/static/relatorio/10_3_carta_de_asseguracao.html

Norman, W., & MacDonald, C. (2004). Getting to the bottom of “triple bottom line”. *Business ethics quarterly*, 14(2), 243-262.

Nunes, J. G., Teixeira, A. J., Nossa, V., & Galdi, F. C. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. *Revista Base (Administração E Contabilidade) Da UNISINOS*, 7(4), 328-340.



Núñez Reyes, G. (2006). El sector empresarial en la sostenibilidad ambiental: ejes de interacción.

Organização das Nações Unidas. (2017) *Pacto Global*. Recuperado em 10 agosto, 2017, de <https://pactoglobal.org.br/o-que-e>

Owen, D. L., Swift, T. A., Humphrey, C., & Bowerman, M. (2000). The new social audits: accountability, managerial capture or the agenda of social champions?. *European Accounting Review*, 9(1), 81-98.

Petrobras. (2016). *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 03 janeiro, 2019, de www.investidorpetrobras.com.br/download/5120.

Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard business review*, 84(12), 78-92.

Santander. (2015). *Relatório de sustentabilidade 2016*. Recuperado em 02 janeiro, 2019, de https://www.santander.pt/pt_PT/pdf/Relatorio_Sustentabilidade_Santander_Totta_2016.pdf

Schaltegger, S.; Bennet, M.; Burritt, R. (2006). Sustainability accounting and reporting. *Springer Science & Business Media*.

Tinoco, J. E. P., & Robles, L. T. (2006). A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração Pública-RAP*, 40(6), 1077-1096.

Veríssimo, C. M. O. (2010). *Auditoria e relatórios de sustentabilidade* (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública–Ramo Instituições Públicas–Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Portugal).